

# 35% dos senadores deverão mudar

A campanha eleitoral que se alastra pelo país, mesmo com pendências e indefinições institucionais, é a responsável pelo vazio do Senado: 11 senadores são candidatos a governadores de estado, um à Câmara dos Deputados (Cunha Lima, PDS-PB) e um a prefeito, (Evilásio Vieira, PMDB-SC, concorre à prefeitura de Blumenau).

Além disso, dois senadores não concorrem à reeleição, por motivos de saúde: Teotônio Vilella (PMDB-AL) e Vicente Vuolo (PDS-MT). Considerando-se que muitos senadores têm ainda quatro anos de mandato a cumprir, deles abrindo mão para disputar a governança, o índice de renovação do Senado deverá ser superior ao terço do previsto, devendo atingir, segundo alguns avaliadores, a taxa de 35,3%.

Entre os senadores que ainda teriam meio mandato a cumprir está, por exemplo, Jorge Kalume, candidato do PDS ao governo do Acre, Franco Montoro, que almeja o governo de São Paulo pelo PMDB e seu colega Tancredo Neves, que pretende chegar ao Palácio da Liberdade, em Minas. Todos teriam ainda pela frente quatro anos de mandato senatorial.

Em situação menos confortável estão aqueles senadores em final de mandato, agora presos à insegurança das urnas. É o caso de Orestes Quércia, que quer ser vice-governador de São Paulo, ou Mauro Benevides (PMDB-CE), que almeja o governo de seu estado. Na mesma situação está Gilvan Rocha, lutando pelo governo capixaba sob a bandeira do PDS, e Pedro Simon, que pretende governar o Rio Grande do Sul pelo PMDB. É o caso ainda de José Richa (PMDB-PR) e de Marcos Freire (PMDB-PE), que tentam trocar a cadeira de senador, em final de mandato, pelo cargo de governador em seus respectivos Estados.

Ainda com mandatos em extinção, lutando por sua renovação, estão os senadores Paulo Brossard (PMDB-RS), Leite Chaves (PMDB-PE), Lázaro Barbosa (PMDB-GO), Luiz Viana Vilho (PDS-BA), Dirceu Cardoso (PMDB-ES), Saturnino Braga (PDT-RJ), Hugo Ramos (PTB-RJ) e o presidente do Senado, Jarbas Passarinho (PDS-PA).

## COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL



Arquivo/Luis Antônio

As comissões do Senado, como a do DF, estão inteiramente vazias

Na próxima legislatura, além dos reeleitos o Senado contará com mais 16 novos senadores, entre os quais alguns representantes de uma nova geração de políticos. Se eleitos, estarão no Senado intelectuais como o escritor Márcio Souza, do Amazonas, pelo PT, e o crítico Paulo Alberto Monteiro de Barros, o Arthur da Távola.

Essas expectativas levam o clima do Senado a uma verdadeira modorra; gabinetes, corredores, o "Túnel do Tempo" inteiramente vazios. O plenário, se não fosse as solenidades formais de abrir e fechar as sessões — pela força do regimento — não se veria ali qualquer sinal de vida. O clima da campanha instalou-se no Senado.

No primeiro dia de expediente no Senado Federal, 22 pedidos de empréstimo externo compunham a ordem do dia, agora elevados para 23, sem nenhuma aprovação. A estratégia do esforço concentrado não tem surtido o efeito esperado, pois a média de senadores presentes, até hoje, não ultrapassou 45, além de contar com a persistente obstrução do senador Dirceu Cardoso. Ao que tudo indica, os trezentos pedidos que deveriam ser aprovados este semestre serão transferidos para a próxima legislatura, que renovará o Senado em 24% (17 senadores).

O debate político, entretanto, continua aquecido, sobretudo a partir do envio da mensagem do Palácio do Planalto, estabelecendo a cédula oficial, em detrimento do modelo aprovado pelo TSE. Temores para com a realização do pleito de novembro, ufanismos

eleitorais e protestos oratórios, nas tribunas e reuniões, continuam sendo a tônica. O período favorece a eloquência verbal e o Senado continua sendo a melhor tribuna para repercutir tendências políticas, tanto para os parlamentares candidatos como para aqueles que permanecerão nos cargos, contribuindo para a catalização da imagem de seus partidos no resto do país.

A partir de setembro, entretanto, o palco será definitivamente substituído pelos palanques eleitorais. Até lá, a questão da cédula terá seu desfecho. Na pior das hipóteses, pela aprovação por decurso de prazo, que dispensa até mesmo a presença de parlamentares. Ao que indicara as primeiras reações da oposição, a pressa de deflagrar a campanha, com cédula definida, determinará algum tipo de acordo com o PDS, abreviando ainda mais o curto período de vida formal da presente Sessão Legislativa.

As modificações na chamada "Lei Falcão" continuam em compasso de empurra, mas como o prazo fatal é também de 100 dias antes das eleições, o final de setembro continua sendo a data de expiração das atividades parlamentares. A partir daí, o Senado será mesmo uma casa de palavras, alimentada por aqueles que não são candidatos e poderão, vez por outra, usar a tribuna para algum pronunciamento destinado a alimentar o debate político ou a repercutir os atos do governo. A parte de aprovações ficará mesmo como herança para a próxima legislatura.